

RESPONSABILIDADE SOCIAL DA UNIVERSIDADE / UNIVERSITY SOCIAL RESPONSABILITY

José Pedro Amorim*, **Brian Martin****, **Isabel Menezes***
& **Sofia Marques da Silva***

* CIIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia
e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

** Universidade de Edimburgo, Escócia.

A responsabilidade social da universidade (RSU) tem vindo a ganhar especial centralidade nos últimos anos, embora os fatores que sustentam o interesse de académicos/as, investigadores/as e gestores/as universitários/as sejam diversos e potencialmente contraditórios. Por um lado, a RSU tem vindo a ser invocada como antídoto contra as desigualdades do sistema de ensino superior, nomeadamente no que respeita ao acesso e ao sucesso de uma diversidade de estudantes. Por outro, é olhada como uma tendência importada da lógica empresarial, que visa responder essencialmente a problemas de imagem e reputação das instituições de ensino superior. Em alguns contextos, a RSU é vista como inerente à missão das universidades, transversal às funções clássicas de ensino, investigação e extensão. Noutros ainda, é algo de novo que remete, essencialmente, para a articulação com a comunidade que pode representar tanto potenciais “novos públicos” historicamente desfavorecidos no acesso às universidades, quanto potenciais empregadores de diplomados no tecido empresarial.

Mesmo remetendo para visões conflituais do ensino superior e do papel das suas instituições, a RSU tem sido objeto tanto da investigação quanto das políticas e das práticas. Este número especial procurou acomodar esta diversidade, através da abertura especial a contributos que abordassem as seguintes questões:

- definições e significados de RSU a partir do ponto de vista dos vários atores do ensino superior, incluindo estudantes, docentes, gestores/as e *stakeholders*;
- revisões sistemáticas do conceito de RSU e da investigação sobre as práticas de RSU no ensino superior;
- análise de políticas de RSU e sua evolução no tempo, com especial interesse para análises históricas;

- exploração de projetos específicos de RSU, seja ao nível do ensino (e.g., aprendizagem em serviço), da investigação (e.g., investigação colaborativa) ou da extensão (e.g., intervenção nas comunidades);
- análise dos efeitos e impactos de projetos de RSU nos atores, nas organizações e nas comunidades.

A resposta a este desafio veio a envolver sete interessantes trabalhos que abordam a RSU a partir de uma diversidade de abordagens e de geografias, sendo que privilegiámos uma organização temática dos artigos, à guisa de convite a uma leitura integral do volume. Assim, propomos que se comece com uma revisão sistemática em volta do conceito realizada no Brasil (Lavor Filho et al.). Ainda no continente americano, passamos para o trabalho sobre Mondlane, as universidades nos Estados Unidos da América e em África (Cossa). Neste continente, focamos-nos no ensino superior de Angola (Manuel & Mendes). Entramos no Espaço Europeu de Ensino Superior, onde tomamos contacto com as perspetivas de estudantes sobre a RSU (Coelho & Menezes). Pela mão de estudantes, voltamos ao Brasil, para conhecer dois trabalhos sobre a inclusão de estudantes com diversidade funcional no ensino superior (Silva & Redig e Araujo, Di Blasi, & Dutra) e um último texto sobre narrativas de docentes (Starling, Saraiva, & Silva).

No primeiro texto, “Responsabilidade social da universidade (RSU) no Brasil: uma revisão sistemática”, Tadeu Lavor Filho, Gabriel Rocha, Larissa Nunes, Rochelly Holanda, Luís Fernando Benício, Ítalo Chaves, Helena Pereira e Luciana Miranda, da Universidade Federal do Ceará (Brasil), apresentam uma revisão sistemática dos usos do conceito de RSU em artigos científicos publicados no Brasil, num período de dez anos (entre 2010 e 2019). Reconhecendo a polissemia e a fragmentação deste conceito na literatura analisada, as/os autoras/es identificam, por um lado, a presença de um discurso gestor, de práticas de mercadorização do ensino superior no Brasil e associação frequente do conceito a modelos de governação empresarial, de que destacam um modelo de decisão compartilhada, que designam como “modelo *stakeholders*”. Referem, por outro lado, a existência de políticas de ação afirmativa e de inclusão, de que são exemplo as cotas raciais, e a importância da relação que a universidade estabelece com a comunidade envolvente (não apenas o tecido empresarial e económico), defendendo que a RSU se confunde com frequência com “ações de cunho assistencialista, filantrópicas ou com a extensão universitária”.

“A universidade da modernidade, justiça social e responsabilidade social: uma crítica baseada na Cosmo-uBuntu”, de José Cossa, da *Pennsylvania State University* (Estados Unidos da América), é um texto de cariz eminentemente reflexivo, que integra, no entanto, uma análise documental crítica de correspondência e entrevistas de e com Eduardo Mondlane, um dos fundadores da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), entre muitas outras notas biográficas também merecedoras de referência. O contributo de Cossa é muito relevante, designadamente por per-

mitir abrir o debate sobre a RSU (que vê quer como um movimento inspirado na teologia da libertação e em Paulo Freire, quer como utilização empresarial e funcionalista da universidade) a perspectivas outras para além do Norte Global. Neste texto, o autor critica a matriz dominante das universidades – de que destaca a modernidade e o humanismo (que concebe de forma distinta da que habitualmente somos convidadas/os a ver) –, propondo “lentes filosóficas e teóricas alternativas para problematizar e explicar a justiça e a responsabilidade social”: o uBuntu e o Cosmo-uBuntu. O uBuntu é um “sistema de valores”, de acordo com o qual a personalidade se aplica a todos os seres humanos, rejeitando a individuação, as classificações e as hierarquias – sejam elas raciais, de género, étnicas, geopolíticas ou outras. O Cosmo-uBuntu é, segundo Cossa, uma nova teorização, exterior à modernidade, que adota o uBuntu como um sistema de valores fundamentais à participação no convívio planetário. Crítico outrossim da ideia hegemónica de cidadania global, aponta o sentimento de não pertença experimentado pelas pessoas africanas que estudam em universidades não africanas, oferecendo exemplos interessantes para pensar criticamente e com “sobriedade”, como refere, processos tão complexos como a colonização, a neocolonização e a descolonização.

Tuca Manuel, da Universidade Katavala Bwila, em Benguela, e Maria da Conceição Barbosa Mendes, do Instituto Superior de Ciências da Educação de Benguela, assinam o terceiro texto: “Garantia da qualidade do ensino superior em Angola: do instrumentalismo ao socioconstrutivismo”. Trata-se de uma descrição interpretativa de dinâmicas e racionalidades subjacentes à emergência e funcionamento do ensino superior em Angola. É um texto que contém diversas interrogações. A reflexão que delas decorre conduz, com frequência, a novas perguntas, mais até do que à tentativa de ensaiar respostas definitivas, sistematizadas. Percebe-se, contudo, que, segundo os autores, o ensino superior angolano é marcado por tensões várias: quantidade/qualidade, público/privado, instrumentalismo/socioconstrutivismo, legalismo/responsabilidade social, preparação para o emprego/formação ética de estudantes, colonização/descolonização, entre muitas outras. São, de facto, tensões estruturais, que importa considerar e refletir, desde perspectivas diversas, a partir de contextos assaz distintos.

Em “A responsabilidade social universitária vista pelos/as estudantes: entre conceções e práticas”, Márcia Coelho e Isabel Menezes, do Centro de Investigação e Intervenção Educativas, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, apresentam dados obtidos através de um questionário a 718 estudantes da Universidade de Edimburgo (Escócia), da Universidade Tecnológica de Kaunas (Lituânia) e da Universidade do Porto. Desde logo, é muito significativo que os/as estudantes sejam chamados/as a pronunciar-se sobre a RSU. Com efeito, é em seu “nome (...) que os apelos à RSU se sustentam: em nome da sua educação, da sua profissionalidade e da sua cidadania”. Ainda assim, raramente têm sido ouvidos/as na investigação realizada sobre este tema. Trata-se de um contributo assinalável também por compreender a criação de escalas que visam explorar conceções e práticas de RSU. Entre os muitos e

diversos resultados mercedores de nota, destacaríamos o facto de apenas cerca de metade dos/as estudantes inquiridos/as terem ouvido falar de RSU na sua universidade. O dado é ainda mais impressionante quando se percebe que se trata de estudantes muito participativos/as (e.g., em grupos ativistas, associações de estudantes, atividades extracurriculares, voluntariados). Estas e estes estudantes valorizam de forma “intensa” três dimensões da RSU: (i) direitos nucleares de responsabilidade social, como cidadania, democracia, práticas justas e igualdade de género, (ii) prestação de contas e gestão dos impactos ambientais e (iii) liberdade de ensinar e de aprender. Mostram, além disso, uma apreciação crítica das iniciativas de RSU desenvolvidas pela sua própria universidade.

O quinto texto, “Vivência universitária de alunos com deficiência intelectual e/ou autismo na Universidade do Estado do Rio de Janeiro”, é da autoria de Iury Fagundes da Silva e de Annie Gomes Redig, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Brasil). Este trabalho analisa a participação de três estudantes num curso de extensão universitária concebido para estudantes com diversidade funcional. Os dados foram recolhidos através de observação participante e de diários de campo e, neste texto, referem-se a três estudantes diagnosticados com síndrome de Noonan (um deles) e com transtorno do espectro autista (os restantes dois). Como os autores mencionam, projetos como este “reacendem” a discussão em volta da inclusão de estudantes com diversidade funcional no ensino superior. Com efeito, e rejeitando a segregação das “pessoas com deficiência” em “instituições especiais”, este projeto visa possibilitar “uma vivência no ensino superior” a estudantes com diversidade funcional que estejam a frequentar ou tenham concluído o ensino secundário (ensino médio, no Brasil), mas “que talvez não consigam ingressar em uma faculdade” por falta de “condições académicas” para obter uma aprovação no “vestibular”, por terem uma “escolarização deficitária” ou tão-somente porque as suas aspirações não passem pelo ensino superior. Para os autores, a inclusão destes/as estudantes é uma questão de responsabilidade social, defendendo que projetos como este poderão ter impactos muito positivos.

Em “A responsabilidade social da universidade observada a partir da trajetória educacional de pessoas com deficiência”, Susana Lima de Queiroz Pontes de Araujo, Felipe Di Blasi e Flávia Barbosa da Silva Dutra, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil), caracterizam o perfil de 35 estudantes com diversidade funcional e que, por essa razão, ingressaram nesta mesma Universidade através do sistema de reserva de vagas. Estes/as estudantes frequentam cursos diversos e têm idades compreendidas entre 17 e 55 anos. Os dados foram recolhidos através de entrevistas autobiográficas abertas e mostram diferentes formas de exclusão: estudantes que são surdos e não têm intérprete em sala de aula, que se deslocam em cadeiras de rodas em instituições de ensino que não têm elevador (ou que o têm avariado), que mesmo quando são os/as “melhores da turma” não conseguem emprego... Não obstante, continua a pender sobre eles/as o rótulo (e as práticas que estão associadas a tal concetualização) de “pessoa com deficiên-

cia”, i.e., “incapaz” e “inferior” às e aos colegas ditos “normais”. Defendem o/as autor/as deste estudo que a inclusão destes/as estudantes no ensino superior é uma responsabilidade social que deve ser assumida e garantida pelas instituições de ensino superior, ouvindo as próprias pessoas com diversidade funcional – já que o seu principal desejo é o de serem ouvidos/as.

O sétimo e último texto, “Processo de formação e constituição identitária nas narrativas de professores/as: debate acerca da responsabilidade social da universidade”, é da autoria de Cláudia Starling e Ana Maria Saraiva, da Universidade Federal de Minas Gerais, e de Ana Carolina Araújo da Silva, da Universidade Federal de Juiz de Fora (Brasil). Através das narrativas autobiográficas de dois docentes, Rodrigo e Izabela, convidados a escrever acerca da sua inserção na docência universitária, percebe-se que o início de carreira é marcado por sentimentos de desorientação, incerteza e isolamento. O ambiente universitário é descrito como “frieza pairando no ar”, demasiado marcado por trabalho individual (Rodrigo) e claramente hierarquizado: os “novatos” nem sempre são ouvidos e quem toma as “decisões finais” são os “professores mais antigos” (Izabela). As autoras defendem, por conseguinte, que a formação profissional de docentes universitários, baseada em princípios democráticos e inclusivos e realizada através de processos coletivos e emancipatórios, é uma questão de responsabilidade social das universidades – e não da responsabilidade de sujeitos individuais, que, através de “mecanismos mercantilistas”, tendem a ser culpabilizados/as pela falta de formação que possam demonstrar.

The papers in this Special Issue reflect the breadth and diversity of current efforts to meet the various goals that cluster under the heading “university social responsibility”. In doing so, they emphasise the differentiated roles of the core groups of actors who have to be engaged in order to deliver on these various goals: the individual student, the student body collectively, the teaching and support staff and groups hitherto excluded from university, together with the wider community and society. In addition, attention is given to advocacy through an examination of the experience of the theorist as actor and agent of change in the case of Eduardo Mondlane.

The complexity of university social responsibility evidenced across the papers reflects that articulated in the Benchmark Standards for University Social Responsibility, <https://www.essa-project.eu/university-social-responsibility> amongst other sources.

Through their examinations of teachers’ narratives, quality assurance, the student experience and attention given in two of the papers to people affected by a disability together with a meta-analysis of ten years worth of journal articles, the papers reflect on the tensions both within university social responsibility itself and between this and other aspects of governance and management of the university. As such, the Issue as a whole provides an opportunity to reflect on contributions being made by universities globally to the realization of the UN’s Sustainable Development Goals (<https://sdgs.un.org/>).

A responsabilidade social da universidade constitui, de facto, um campo tensional. Há, a este respeito, ainda muito a fazer, no que toca à investigação como à intervenção – este número

especial da ES&C vem salientar a importância de aprofundar e debater dois aspetos em particular, envolvendo neste processo todas as pessoas que frequentam e compõem estas instituições, designadamente os/as estudantes.

O primeiro tem que ver com a descolonização do ensino superior, com a necessidade de suplantar as perspetivas centradas no contexto europeu, no Ocidente ou no Norte Global. Para tal, é fundamental que os discursos sejam efetivamente plurais e provenientes de múltiplos contextos.

O segundo é o do acesso e da participação de grupos sub-representados no ensino superior. O debate é complexo, na medida em que implica considerar não apenas as questões do acesso (por exemplo, através da reserva de cotas) mas iniciar uma discussão sobre a qualidade da progressão e do sucesso, o que implica considerar a forma como o ensino superior se acomoda e adapta às necessidades e potencialidades destes grupos.

Para terminar – não com uma moral da história, mas apenas como provocação e convite ao debate –, gostaríamos de lembrar um excerto de “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis (1881/1978, p. 166),

o prazer do beneficiador é sempre maior que o do beneficiado. Que é o benefício? é um ato que faz cessar certa privação do beneficiado. (...) A persistência do benefício na memória de quem o exerce explica-se pela natureza mesma do benefício e seus efeitos. Primeiramente, há o sentimento de uma boa ação, e dedutivamente a consciência de que somos capazes de boas ações; em segundo lugar, recebe-se uma convicção de superioridade sobre outra criatura, superioridade no estado e nos meios; e esta é uma das coisas mais legitimamente agradáveis, segundo as melhores opiniões, ao organismo humano.

Esta interpelação de Machado de Assis sublinha as potenciais vantagens para as instituições de ensino superior, mas a sua ironia vem lembrar-nos os riscos dessa sensação autocentrada de superioridade sobre as comunidades e as pessoas que devem ser parceiras – e não objetos – da responsabilidade social. Como qualquer intervenção educacional, um projeto de RSU implica transformar e transformar-se.

Este número, organizado por José Pedro Amorim, Brian Martin e Isabel Menezes, aborda a responsabilidade social das universidades exatamente num momento em que às universidades, e ao ensino superior em geral, é pedido que estejam presentes de forma sólida nas vidas de estudantes, de forma reinventada, sem colocar em perigo a qualidade e a comunidade. Este número é também simbólico daquilo que, como revista científica, a *Educação, Sociedade & Culturas* procura ser: um espaço que torne pública investigação sobre questões educacionais da sociedade contemporânea. Reafirma a importância da teorização, da teoria e da densidade empírica nos seus objetivos e foco. Esta publicação pretende, assim, continuar a ser um espaço onde se ensaiam novos espaços para a investigação em educação que faça sentido para uma diversidade de atores sociais, acolhendo perspetivas transnacionais e que cruzam fronteiras.